

TJ-SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Redação Discursiva
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Matemática
- ▶ Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Direito Processual Civil (On-line)
- ▶ Legislação Interna (On-line)
- ▶ Atualidades (On-line)



Questões gabaritadas
da Banca - Vunesp
Legislação comentada
Conteúdo de acordo
com o Último Edital

Tribunal de Justiça de São Paulo

TJ-SP

Escrevente Técnico Judiciário

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada nesse percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados, em um sumário que foi pensado para apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de *Escrevente Técnico Judiciário*, de acordo com os itens mais relevantes e principais atualizações, com base no último edital do *Tribunal de Justiça de São Paulo - TJ-SP*.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao longo da teoria você encontrará recursos como boxes de “Importante!” e “Dica”, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo. Para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas, apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca *VUNESP*, responsável pelo último certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação, acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Conteúdos de Direito Processual Civil, Legislação Interna e Atualidades* disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que te guiará até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS, LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS	11
INFORMAÇÕES LITERAIS E INFERÊNCIAS POSSÍVEIS.....	11
■ PONTO DE VISTA DO AUTOR.....	14
■ ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO: RELAÇÕES ENTRE IDEIAS; RECURSOS DE COESÃO.....	14
■ SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS	19
■ SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....	19
SINÔNIMOS.....	19
ANTÔNIMOS	19
■ CLASSES DE PALAVRAS: EMPREGO E SENTIDO QUE IMPRIMEM ÀS RELAÇÕES QUE ESTABELECEM	21
ARTIGO	21
NUMERAL.....	21
SUBSTANTIVO	21
ADJETIVO.....	23
ADVÉRBIO	25
PRONOME	28
Colocação Pronominal	31
VERBO	31
PREPOSIÇÃO	36
CONJUNÇÃO.....	39
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	41
■ REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	44
■ CRASE	46
■ PONTUAÇÃO	48

REDAÇÃO DISCURSIVA.....	77
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	77
DIREITO PENAL	105
■ CÓDIGO PENAL - ARTIGOS 293 A 305, 307, 308, 311-A, 312 A 317, 319 A 333, 336 E 337, 339 A 347, 357 E 359	105
DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	129
■ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	129
ARTIGOS 251 A 258	129
ARTIGOS 261 A 267	130
ARTIGO 274.....	131
ARTIGOS 351 A 372	131
ARTIGOS 394 A 497	136
ARTIGOS 531 A 538	159
ARTIGOS 541 A 548	162
ARTIGOS 574 A 667	163
■ LEI N.º 9.099 DE 26.09.1995.....	181
ARTIGOS 60 A 83, ARTIGOS 88 E 89.....	182
DIREITO CONSTITUCIONAL	199
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL: TÍTULO II - CAPÍTULOS I, II E III.....	199
■ TÍTULO III - CAPÍTULO VII - SEÇÕES I E II.....	231
■ ARTIGO 92	244
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	255
■ ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SÃO PAULO (LEI N.º 10.261/68).....	255
ARTIGOS 1º A 86	256
ARTIGOS 171 A 175	269
ARTIGOS 239 A 323	269

■ LEI FEDERAL N.º 8.429/92- LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	284
---	-----

MATEMÁTICA.....	307
-----------------	-----

■ OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS	307
-------------------------------------	-----

■ MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM.....	313
---	-----

■ RAZÃO E PROPORÇÃO	317
---------------------------	-----

■ PORCENTAGEM.....	320
--------------------	-----

■ REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTA.....	322
---	-----

■ MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES E PONDERADA	326
--	-----

■ JUROS SIMPLES	326
-----------------------	-----

■ EQUAÇÃO DO 1º E 2º GRAU	329
---------------------------------	-----

SISTEMA DE EQUAÇÕES DO 1º GRAU	336
--------------------------------------	-----

■ RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS: TABELAS E GRÁFICOS.....	339
--	-----

■ SISTEMAS DE MEDIDAS USUAIS	343
------------------------------------	-----

■ NOÇÕES DE GEOMETRIA E RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA: FORMA, PERÍMETRO, ÁREA, VOLUME, ÂNGULO, TEOREMA DE PITÁGORAS	346
---	-----

INFORMÁTICA.....	365
------------------	-----

■ MS-WINDOWS 10 OU SUPERIOR.....	365
----------------------------------	-----

CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS.....	365
---	-----

ÁREA DE TRABALHO	367
------------------------	-----

ÁREA DE TRANSFERÊNCIA.....	368
----------------------------	-----

MANIPULAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS.....	369
---------------------------------------	-----

USO DOS MENUS	372
---------------------	-----

PROGRAMAS E APLICATIVOS.....	372
------------------------------	-----

INTERAÇÃO COM O CONJUNTO DE APLICATIVOS DO MICROSOFT 365.....	376
---	-----

■ MS-WORD	377
-----------------	-----

ESTRUTURA BÁSICA DOS DOCUMENTOS	377
---------------------------------------	-----

EDIÇÃO E FORMATAÇÃO DE TEXTOS	379
-------------------------------------	-----

CABEÇALHOS	380
------------------	-----

PARÁGRAFOS	380
FONTES	381
COLUNAS	382
MARCADORES SIMBÓLICOS E NUMÉRICOS	382
TABELAS	383
IMPRESSÃO	384
CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS.....	385
LEGENDAS.....	386
ÍNDICES	387
INSERÇÃO DE OBJETOS	387
CAMPOS PREDEFINIDOS.....	388
CAIXAS DE TEXTO	388
■ MS-EXCEL	388
ESTRUTURA BÁSICA DAS PLANILHAS	390
CONCEITOS DE CÉLULAS, LINHAS, COLUNAS, PASTAS E GRÁFICOS.....	390
ELABORAÇÃO DE TABELAS E GRÁFICOS.....	391
USO DE FÓRMULAS, FUNÇÕES E MACROS.....	395
IMPRESSÃO	398
INSERÇÃO DE OBJETOS	399
CAMPOS PREDEFINIDOS.....	401
CONTROLE DE QUEBRAS E NUMERAÇÃO DE PÁGINAS.....	402
OBTENÇÃO DE DADOS EXTERNOS	402
CLASSIFICAÇÃO DE DADOS	404
■ CORREIO ELETRÔNICO	405
USO DE CORREIO ELETRÔNICO	407
Preparo e Envio de Mensagens.....	407
Anexação de Arquivos	408
■ INTERNET	409
NAVEGAÇÃO INTERNET	410
CONCEITOS DE URL.....	413

LINKS	414
SITES	415
BUSCA	416
IMPRESSÃO DE PÁGINAS	417
■ MS TEAMS	418
CHATS, CHAMADAS DE ÁUDIO E VÍDEO, CRIAÇÃO DE GRUPOS.....	419
TRABALHO EM EQUIPE: WORD, EXCEL, POWERPOINT, SHAREPOINT E ONENOTE	424
■ ONEDRIVE: ARMAZENAMENTO E COMPARTILHAMENTO DE ARQUIVOS.....	433
RACIOCÍNIO LÓGICO.....	443
■ ENTENDER A ESTRUTURA LÓGICA DAS RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, COISAS, EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES	443
■ SEQUÊNCIAS: IDENTIFICAR AS REGULARIDADES DE UMA SEQUÊNCIA, NUMÉRICA OU FIGURAL, DE MODO A INDICAR QUAL É O ELEMENTO DE UMA DADA POSIÇÃO.....	444
■ ESTRUTURAS LÓGICAS E LÓGICAS DE ARGUMENTAÇÃO	449
DIAGRAMAS LÓGICOS	450

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS, LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas; conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a semântica, que incide suas relações de estudo sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos em interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem o lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo ao invés de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto, e, geralmente, é marcada por uma palavra ou uma expressão, e apresenta mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**.

Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre de olho na sua aprovação. Por isso, convidamos você a estudar com afinco e dedicação, sem esquecer de praticar seus conhecimentos realizando a seleção de exercícios finais, selecionados especialmente para que este material cumpra o propósito de alcançar sua aprovação.

INFORMAÇÕES LITERAIS E INFERÊNCIAS POSSÍVEIS

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas.

Apesar de parecer algo subjetivo, existem “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto, se de maneira mais racional, a partir da análise de dados, informações com fontes confiáveis ou se de maneira mais empirista, partindo dos efeitos, das consequências, a fim de se identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Muitos pesquisadores já se debruçaram sobre o tema, que é intrigante e de grande profundidade acadêmica; neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos.

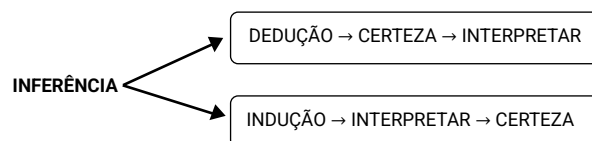
A partir disso, apresentamos estratégias de leitura que focam nas formas de inferência sobre um texto. Dessa forma, é **fundamental** identificar como ocorre o **processo de inferência, que se dá por dedução ou por indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações a partir dessa frase. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela expressão “marido”), a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”) e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (expressão comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a concepção de uma interpretação, construída pelas pistas oferecidas no texto junto da articulação com as informações acessadas pelo leitor do texto.

A seguir, apresentamos um fluxograma que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, iremos detalhar esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, vamos apresentar nos tópicos seguintes como usar estratégias de cunho dedutivo, indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, vamos trabalhar a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem se sentirem tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

Tem de se reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails. Nesses expedientes, ocorre o que chamam de “pacto da mediocridade” (sem intenção ofensiva), que caracteriza a postura displicente de como se escreve e a aceitação mútua de erros e desvios da norma culta escrita: “ele escreve errado, mas eu aceito para não ser cobrado por ele da mesma forma quando errar”. Usam-se imagens, símbolos gráficos, abreviações que mais se assemelham a códigos criptografados do que à própria língua portuguesa.

O maior problema é que isso gera um reforço negativo: treina-se uma escrita que não promove a prática ideal da comunicação verbal normatizada. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, mostra-se sua estrutura, apresentam-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. E só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois muitas vezes só vão tentar praticar a escritura da sua redação após terem terminado o estudo do livro didático e sentem muita dificuldade no momento do agrupamento, isto é, de fazer virar o todo aquilo que aprendeu a fazer por partes. Se o resultado não for satisfatório, eles simplesmente assumirão a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que poderão ser reproduzidos e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando ainda o caráter da originalidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, conseqüentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não obtiver sucesso em sua redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Não dá para subestimar a redação, é preciso exercitar sempre.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos referindo-nos à estrutura e

DIREITO PENAL

CÓDIGO PENAL - ARTIGOS 293 A 305, 307, 308, 311-A, 312 A 317, 319 A 333, 336 E 337, 339 A 347, 357 E 359

CAPÍTULO II – FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de Papéis Públicos

Art. 293 *Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:*

I - selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo;

II - papel de crédito público que não seja moeda de curso legal;

III - vale postal;

IV - cautela de penhor, caderneta de depósito de caixa econômica ou de outro estabelecimento mantido por entidade de direito público;

V - talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo a arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável;

VI - bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município;

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I - usa, guarda, possui ou detém qualquer dos papéis falsificados a que se refere este artigo;

II - importa, exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda, fornece ou restitui à circulação selo falsificado destinado a controle tributário;

III - importa, exporta, adquire, vende, expõe à venda, mantém em depósito, guarda, troca, cede, empresta, fornece, porta ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, produto ou mercadoria:

a) em que tenha sido aplicado selo que se destine a controle tributário, falsificado;

b) sem selo oficial, nos casos em que a legislação tributária determina a obrigatoriedade de sua aplicação.

§ 2º Suprimir, em qualquer desses papéis, quando legítimos, com o fim de torná-los novamente utilizáveis, carimbo ou sinal indicativo de sua inutilização:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 3º Incorre na mesma pena quem usa, depois de alterado, qualquer dos papéis a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º Quem usa ou restitui à circulação, embora recibo de boa-fé, qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem este artigo e o seu § 2º, depois de conhecer a falsidade ou alteração, incorre na pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 5º Equipara-se a atividade comercial, para os fins do inciso III do § 1º, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em vias, praças ou outros logradouros públicos e em residências.

O tipo do art. 293, do CP, cuida da **falsificação** por meio da **fabricação** (criação material de documento) ou **alteração** (modificação de documento já existente) dos documentos enumerados nos seis incisos do *caput* (papéis públicos).

A falsificação recai sobre:

- **selos ou outros papéis** destinados à **arrecadação de tributo** (todo maço de cigarro ou garrafa de vinho, por exemplo, possuem um selo que indica o recolhimento de tributos relativos a esses bens);
- **papel de crédito público** que não seja moeda em curso legal (títulos da dívida pública);
- **vale postal** que, apesar de ainda constar no art. 293, foi revogado pelo crime de falsificação de vale postal, tipificado no art. 36, da Lei nº 6.538, de 1978;
- **cautela de penhor** (documento usado em operação de penhor, que indica que o indivíduo recebeu o dinheiro do empréstimo e permite o resgate do objeto, caderneta de depósito da caixa econômica ou outro estabelecimento mantido por entidade de direito público — por anos, o controle de depósitos em poupança era feito por meio de cadernetas, nas quais constavam os depósitos, saques e atualizações);
- documentos relativos à **arrecadação de rendas públicas** ou a **depósito por caução** (tais como alvarás, guias etc.); e
- **bilhete** (documento que, mediante pagamento, permite uso de meios de transporte), **passe** (semelhante ao bilhete) ou **conhecimento** (documento que indica que determinado objeto foi entregue para transporte) de **empresa administrada pelo poder público**.

Assim como ocorre no crime de moeda falsa, a falsificação grosseira não configura o crime do art. 293.

O § 1º, art. 293, apresenta **condutas equiparadas** à falsidade de papéis públicos.

O § 2º, por sua vez, incrimina a supressão (eliminação) de carimbo ou sinal de inutilização.

O § 3º pune aquele que usa, depois de alterados, os papéis enumerados no § 2º.

Já o § 4º apresenta uma modalidade privilegiada, punindo com pena menor, conforme destacado anteriormente, aquele que, recebendo de boa-fé os papéis falsificados a que se referem o art. 293 e seu § 2º, depois de tomar ciência da falsidade, os recoloca em circulação.

Por fim, o § 5º afirma que o delito pode ocorrer em qualquer tipo de atividade comercial, ainda que informal.

Petrechos de Falsificação

Art. 294 *Fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior:*

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

ARTIGOS 251 A 258

Do Juiz

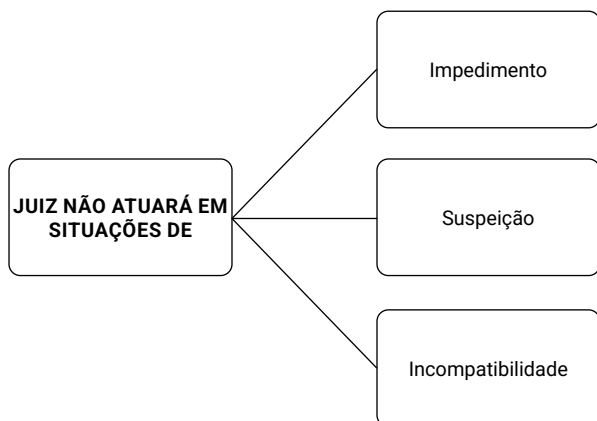
Art. 251 Ao juiz incumbirá prover à regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim, requisitar a força pública.

O **juiz** tem o dever zelar pela ordem durante a execução dos atos processuais, valendo-se, se necessário, do uso força pública (poder de polícia).

Em suma, o juiz é quem **aplica o direito ao caso concreto**, de maneira **substitutiva** (substitui a vontade das partes) e **imparcial**. Sem o Estado-Juiz, não teria fim o conflito entre a pretensão punitiva do Estado e o interesse do acusado na manutenção de sua liberdade.

Além disso, o juiz possui a garantia da **vitaliciedade** (enquanto estiver vivo, o cargo lhe pertence), **inamovibilidade** (garantia de não ser removido do seu local de trabalho) e **irredutibilidade de subsídio** (garantia de não ver a sua remuneração ser diminuída). Tais garantias permitem que o juiz haja de forma imparcial e sem medo de retaliações.

Entretanto, essa imparcialidade pode ser contaminada quando se tratar das hipóteses trazidas pelos arts. 252, 253 e 254, que apresentam respectivamente situações de impedimento, suspeição e incompatibilidade.



As hipóteses de suspeição e impedimento podem ser comparadas levando em consideração a relação subjetiva/objetiva do julgador com a causa. Vejamos os artigos a seguir:

Art. 252 O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I - tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado,

órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito;

II - ele próprio houver desempenhado qualquer dessas funções ou servido como testemunha;

III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;

IV - ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

Art. 254 O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

IMPEDIMENTOS	SUSPEIÇÕES
Consistem em circunstâncias objetivas que são relacionadas a fatos internos ao processo, capazes de prejudicar a imparcialidade do magistrado	Consistem em circunstâncias subjetivas que são relacionadas a fatos externos ao processo, capazes de prejudicar a imparcialidade do magistrado

As causas de impedimento ou suspeição citadas acima que tiverem como causa o parentesco por afinidade (casamento) acabam com o fim do casamento ou união estável, salvo se da união nascerem filhos. Contudo, ainda que o casamento acabe sem filhos não poderá o juiz julgar processo de seu sogro ou sogra, enteado ou cunhado, genro ou nora.

Art. 255 O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padraсто, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

A suspeição não poderá ser declarada pela parte que, propositalmente, lhe deu causa, consoante disposição do art. 256:

Art. 256 A suspeição não poderá ser declarada nem reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

Já a incompatibilidade se demonstra presente em somente uma hipótese.

Art. 253 Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juizes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: TÍTULO II - CAPÍTULOS I, II E III

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Com forte expressão no pós-guerra, os direitos e garantias fundamentais, apesar de seu teor sensivelmente constitucional, são interdisciplinares e se relacionam a todos os ramos do direito.

Diz-se isso pois, pautados na busca de justiça e paz social, refletem um compromisso geral do direito e da Justiça de proteção e garantia de uma vida digna a todos os cidadãos.

Além disso, toda a legislação infraconstitucional também reflete, de maneira geral, a preocupação com políticas adequadas que possam conciliar o desenvolvimento econômico, social e cultural.

De todas as circunstâncias citadas parte a interdisciplinaridade entre os direitos e garantias fundamentais e outros ramos do direito, tais como o direito penal, civil, trabalhista e processual.

A amplitude temática dos direitos e garantias fundamentais é uma questão de toda a seara jurídica, visto que a consolidação e efetivação dos direitos fundamentais estão diretamente relacionadas à própria condição da vida humana.

Os direitos fundamentais, portanto, estão localizados no Título II da CF, de 1988, do art. 5º ao art. 17, sendo classificados em cinco grupos:

- direitos individuais e coletivos;
- direitos sociais;
- direitos de nacionalidade;
- direitos políticos; e
- direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos.

Também são classificados em três dimensões de direito, pois surgiram em épocas diferentes. Vejamos:

- **Direitos de primeira geração:** traduzem-se na **liberdade** quanto à atuação do Estado nas ações do indivíduo. Aqui, estão compreendidos os direitos civis e políticos;
- **Direitos de segunda geração:** aqui compreendidos os direitos decorrentes das obrigações do Estado em prol dos indivíduos (direito à saúde e à educação e direito ao trabalho), tendo como primazia o valor “**igualdade**”;
- **Direitos de terceira geração:** direitos relacionados ao valor “**fraternidade**”. São direitos que vão além do individual; busca-se o bem coletivo (ex.: direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito do consumidor e direito ao desenvolvimento).

DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PRIMEIRA DIMENSÃO	DIREITOS FUNDAMENTAIS DE SEGUNDA DIMENSÃO	DIREITOS FUNDAMENTAIS DE TERCEIRA DIMENSÃO
Direitos civis e políticos – liberdade	Direitos sociais, econômicos e culturais – igualdade	Fraternidade

Dito isso, é importante reafirmarmos que esses direitos e garantias **não** estão taxativamente expressos na Constituição Federal. Trata-se de uma matéria esparsa, consubstanciada em toda legislação nacional, inclusive infraconstitucional.

Entretanto, apesar de não se tratar de uma matéria exaustiva e taxativa, *numerus clausus*, o rol dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, de 1988, é exemplificativo. Por isso, é importante estudarmos alguns dos seus dispositivos.

Portanto, antes de adentrarmos nos dispositivos constitucionais pertinentes, faz-se necessário abordar conceitos fundamentais no estudo da disciplina.

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Os direitos e deveres individuais e coletivos estão elencados no art. 5º da Constituição:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

DIREITO ADMINISTRATIVO

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SÃO PAULO (LEI N.º 10.261/68)

Agentes Públicos: Noções Gerais e Disposições Constitucionais Aplicáveis

A fim de que você compreenda melhor o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, é importante assimilar alguns conceitos iniciais. Os servidores de São Paulo estão inseridos em um grupo muito grande de pessoas que atuam dentro do Estado denominadas **agentes públicos** ou funcionários públicos.

Nas lições de Celso Antônio Bandeira de Mello, são agentes públicos as pessoas que exercem uma função pública, ainda que em caráter temporário ou sem remuneração. Trata-se, portanto, de uma expressão ampla e genérica, uma vez que engloba todos aqueles que, dentro da organização da Administração Pública, exercem determinada função pública.

Assim, pode-se dizer que agente público é o **gênero** que comporta diversas **espécies**, quais sejam, entre outras:

- agentes **políticos**;
- agentes **militares**;
- servidores públicos **estatutários**;
- **empregados** públicos;
- agentes **honoríficos**.

O grupo de agentes públicos mais importante para os seus estudos é, definitivamente, o dos **servidores públicos civis**.

Ainda, é importante saber que a Constituição Federal, de 1988 (CF, de 1988), apresenta dois tipos de regimes para os agentes estatais: o regime **estatutário** (ou de cargos públicos) e o regime **celetista** (ou de empregos públicos).

Os servidores públicos são contratados pelo regime estatutário, ao passo que os empregados públicos são contratados pelo regime celetista, que muito se assemelha às regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Atenção a esse conceito: **servidor público** é o agente contratado pela Administração Pública, direta ou indireta, sob o regime estatutário, sendo selecionado mediante concurso público para ocupar cargos públicos e contando com vinculação com o Estado de natureza estatutária e não contratual.

O regime dos cargos públicos é disciplinado pela Lei Federal nº 8.112, de 1990, também conhecida como Estatuto do Servidor Público.

Frente a isso, um ponto relevante desse regime a ser ressaltado é o alcance da estabilidade mediante o fim do período de estágio probatório.

Tal alcance permite que o servidor não seja desligado de suas funções, salvo pelas hipóteses previstas em lei, como a sentença judicial transitada em julgado, o processo administrativo disciplinar ou a não aprovação em avaliação periódica de desempenho (§ 1º, art. 41, da CF, de 1988).

Entre os cargos públicos, há aqueles que são **vitalícios**, que se apresentam de forma mais vantajosa, uma vez que o estágio probatório tem um tempo menor — dois anos — se comparado ao dos cargos não vitalícios — três anos.

Além disso, o **desligamento** do servidor ocorre apenas mediante sentença condenatória transitada em julgado. São vitalícios os cargos de magistratura e do tribunal de contas, bem como os cargos dos membros do ministério público.

Além da estabilidade, são também assegurados aos servidores estatutários alguns direitos trabalhistas, como se depreende da leitura do § 3º do art. 39 da CF, de 1988. Como exemplo, pode-se citar, entre outros:

- salário mínimo;
- remuneração de trabalho noturno superior à do trabalho diurno;
- repouso semanal remunerado;
- férias remuneradas;
- licença à gestante.

Diferentemente do que ocorre na contratação dos servidores, os **empregados públicos** são contratados mediante regime **celetista**, isto é, com aplicação das regras previstas na CLT. Trata-se, pois, de uma vinculação contratual.

A contratação desse grupo de funcionários ocorre, em regra, pelas pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração indireta (empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios etc.). Além disso, o ingresso de tais pessoas também depende da sua aprovação em concurso público.

O regime dos empregados públicos é menos protetivo que o regime estatutário. Isso se deve ao fato de que os empregados públicos não gozam da estabilidade que os servidores têm.

Ao serem empossados, os empregados passam por um período de experiência de 90 dias. Todavia, mesmo após esse período, os empregados públicos podem ser dispensados.

A diferença dos empregados públicos em relação aos demais consiste no fato de que sua demissão será sempre motivada após regular processo administrativo, mediante o contraditório e a ampla defesa.

É importante lembrar que, para a Administração Pública, a motivação de seus atos, bem como o tratamento impessoal e a finalidade pública, são princípios norteadores de sua atuação. A demissão imotivada de um empregado público seria absolutamente inadmissível nessas condições.

Por fim, cabe mencionar os denominados **trabalhadores temporários**, previstos no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal. Pela nomenclatura, pode-se concluir que constituem uma forma de empregados, e não de servidores.

Porém, apresentam um aspecto especial: seu vínculo é contratual, todavia, temporário, o que significa que essas pessoas somente são contratadas para

MATEMÁTICA

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo **N*** para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os **números naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “n” é o número “n+1”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “n” é o número “n-1”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, (n - 1, n e n+1) são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;
- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

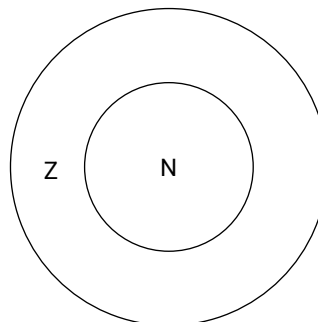
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$Z = \{\dots -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

- **Números inteiros não negativos (Z^+)** = $\{0, 1, 2, 3, \dots\}$. Veja que estes são os números naturais;
- **Números inteiros não positivos (Z^-)** = $\{\dots -3, -2, -1, 0\}$. Veja que o zero também faz parte deste conjunto, pois ele não é positivo nem negativo;

INFORMÁTICA

MS-WINDOWS 10 OU SUPERIOR

O sistema operacional Windows foi desenvolvido pela Microsoft para computadores pessoais (PC) em meados dos anos 1980, oferecendo uma interface gráfica baseada em janelas, com suporte para apontadores como mouses, *touchpad* (área de toque nos portáteis), canetas e mesas digitalizadoras.

Atualmente, o Windows é oferecido na versão 10, que possui suporte para os dispositivos apontadores tradicionais, além de tela *touch screen* e câmera (para acompanhar o movimento do usuário, como no sistema Kinect do videogame Xbox).

Em concursos públicos, as novas tecnologias e suportes avançados são raramente questionados. As questões aplicadas nas provas envolvem os conceitos básicos e o modo de operação do sistema operacional em um dispositivo computacional padrão (ou tradicional).

O sistema operacional Windows é um software proprietário, ou seja, não tem o núcleo (*kernel*) disponível e o usuário precisa adquirir uma licença de uso da Microsoft.

O Windows 10 apresenta algumas novidades em relação às versões anteriores, como assistente virtual, navegador de internet, locais que centralizam informações etc.

- **Botão Iniciar:** permite acesso aos aplicativos instalados no computador; com os itens recentes no início da lista e os demais itens classificados em ordem alfabética. Combina os blocos dinâmicos e estáticos do Windows 8 com a lista de programas do Windows 7;
- **Pesquisar:** com novo atalho de teclado, a opção pesquisar permite localizar, a partir da digitação de termos, itens no dispositivo, na rede local e na internet. Para facilitar a ação, tem-se o seguinte atalho de teclado: Windows+S (*Search*);
- **Cortana:** assistente virtual que auxilia em pesquisas de informações no dispositivo, na rede local e na internet. A assistente virtual Cortana é uma novidade do Windows 10 que está aparecendo em provas de concursos com regularidade. Semelhante ao Google Assistente (Android), Siri (Apple) e Alexa (Amazon), ela integra recursos de acessibilidade por voz para os usuários do sistema operacional.
- **Visão de Tarefas:** permite alternar entre os programas em execução e abre novas áreas de trabalho. Seu atalho de teclado é: Windows+Tab;
- **Microsoft Edge:** navegador de internet padrão do Windows 10. Ele está configurado com o buscador padrão Microsoft Bing, mas pode ser alterado;
- **Microsoft Loja:** loja de apps para o usuário baixar novos aplicativos para Windows;
- **Windows Mail:** aplicativo para correio eletrônico que carrega as mensagens da conta Microsoft e pode tornar-se um *hub* de e-mails com adição de outras contas;

- **Barra de Acesso Rápido:** ícones fixados de programas para acessar rapidamente;
- **Fixar itens:** em cada ícone, ao clicar com o botão direito (secundário) do mouse, será mostrado o menu rápido, que permite fixar arquivos abertos recentemente e fixar o ícone do programa na barra de acesso rápido;
- **Central de Ações:** centraliza as mensagens de segurança e manutenção do Windows, como as atualizações do sistema operacional. Atalho de teclado: Windows+A (*Action*). A Central de Ações não precisa ser carregada pelo usuário, ela é carregada automaticamente quando o Windows é inicializado;
- **Mostrar Área de Trabalho:** visualizar rapidamente a Área de Trabalho, ocultando as janelas que estejam em primeiro plano. Atalho de teclado: Windows+D (*Desktop*);
- **Bloquear o computador:** com o atalho de teclado Windows+L (*Lock*), o usuário pode bloquear o computador. Poderá bloquear pelo menu de controle de sessão, acionado pelo atalho de teclado Ctrl+Alt+Del;
- **Gerenciador de Tarefas:** para controlar os aplicativos, processos e serviços em execução. Atalho de teclado: Ctrl+Shift+Esc;
- **Minimizar todas as janelas:** com o atalho de teclado Windows+M (*Minimize*), o usuário pode minimizar todas as janelas abertas, visualizando a Área de Trabalho;
- **Criptografia com BitLocker:** o Windows oferece o sistema de proteção BitLocker, que criptografa os dados de uma unidade de disco, protegendo-os contra acessos indevidos. Para uso no computador, uma chave será gravada em um pen drive; para acessar o Windows, ele deverá estar conectado;
- **Windows Hello:** sistema de reconhecimento facial ou biometria, para acesso ao computador sem a necessidade de uso de senha;
- **Windows Defender:** aplicação que integra recursos de segurança digital, como o firewall, antivírus e antispyware.

Dica

O botão direito do mouse aciona o menu de contexto, sempre.

CONCEITO DE PASTAS, DIRETÓRIOS, ARQUIVOS E ATALHOS

No Windows 10, os diretórios são chamados de pastas e algumas pastas são especiais, contendo coleções de arquivos que são chamadas de Bibliotecas. Ao todo são **quatro** Bibliotecas: Documentos, Imagens, Músicas e Vídeos. O usuário poderá criar Bibliotecas, para sua organização pessoal, uma vez que elas otimizam a organização dos arquivos e pastas, inserindo apenas ligações para os itens em seus locais originais.



Pasta com subpasta



Pasta sem subpasta



Pasta vazia

RACIOCÍNIO LÓGICO

ENTENDER A ESTRUTURA LÓGICA DAS RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, COISAS, EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES

Neste tipo de conteúdo, intitulado “**estrutura lógica de relações arbitrárias**”, você notará a presença de situações diversas do mundo real, nas quais, a partir de um conjunto de hipóteses, ou seja, informações previamente conhecidas, será requisitada uma informação implícita ao problema.

Os enunciados irão fornecer o mínimo possível de afirmações sobre os objetos de estudo, sejam frases de negação, do tipo: “Maria não é a mais nova”, ou, ainda, afirmações, como “João é o mais velho.” Você perceberá, também, que frases de afirmação te dão mais conclusões do que frases negativas, uma vez que, no primeiro tipo, as relações são mutuamente excludentes, ou seja, em um mesmo problema, se João é o mais velho, então ele não é o mais novo e não há nenhuma outra pessoa mais velha do que ele.

Como, muitas vezes, os enunciados trazem uma gama de informações, recomenda-se o uso de uma tabela simples que deve ser preenchida de acordo com as interpretações do problema. Cabe ressaltar, ainda, que a tabela não será completamente preenchida logo no primeiro momento, no qual o uso da interpretação será necessário para finalização dos exercícios.

Acompanhe os exemplos a seguir e perceba a construção da tabela com os **indivíduos** do problema e suas possíveis **características**.

1. (FUNRIO – 2012) Os carros X, Y e Z possuem 100, 110 e 150 cavalos de potência, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que um deles é de fabricação nacional e que os outros dois são importados, sendo um de fabricação alemã e o outro de fabricação japonesa. Porém não se sabe qual a correta associação entre carros e países de fabricação. No entanto, sabe-se que: o carro X possui 100 cavalos de potência; o carro que possui 150 cavalos de potência é de fabricação alemã; o carro que possui 110 cavalos de potência não é nacional; e que o carro Y não é de fabricação japonesa.

Qual o país de fabricação e a potência do carro Y?

- a) Alemanha e 150 cavalos.
- b) Alemanha e 110 cavalos.
- c) Japão e 100 cavalos.
- d) Japão e 110 cavalos.
- e) Brasil e 100 cavalos.

Primeiramente, podemos dispor uma tabela simples com as características principais do problema. Note que as marcações nas lacunas em destaque referem-se às informações retiradas a partir do enunciado.

1º: se o carro de 150 cavalos é alemão e o de 110 não é nacional, então o de 110 cavalos só pode ser japonês.

2º: se o carro Y não é japonês e o carro X tem 100 cavalos, então o alemão de 150 cavalos será o carro Y.

	100	110	150	BRASIL	ALEMANHA	JAPÃO
X	V	X	X	V	X	X
Y	X	X	V	X	V	X
Z	X	V	X	X	X	V

Portanto, o carro Y é de fabricação alemã e tem 150 cavalos. Resposta: Letra A.

2. (FUNRIO – 2012) André, Paulo e Raul possuem 30, 35 e 40 anos de idade, não necessariamente nessa ordem. Eles são engenheiro, médico e psicólogo, porém não se sabe a correta associação entre nomes e profissão. Sabe-se, porém, que André não tem 40 anos de idade nem é engenheiro, que Paulo possui 35 anos de idade, que Raul não é médico, e que o médico não possui 30 anos de idade.

Respectivamente, as profissões de André, Paulo e Raul são:

- a) psicólogo, engenheiro e médico.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO